
GRUPO DE PERITOS EM
NOMES GEOGRÁFICOS
DAS NAÇÕES UNIDAS

Vigésima quarta Sessão
Nova York, 20 e 31 de agosto de 2007

Item 11 da agenda provisória
Outros negócios

Proposta para a criação da Divisão da Língua Portuguesa
no Grupo de Peritos em Nomes Geográficos da ONU (e resolução proposta)

PROPOSTA PARA CRIAR A DIVISÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO GRUPO DE PERITOS EM NOMES GEOGRÁFICOS DA ONU (E RESOLUÇÃO PROPOSTA)

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) está submetendo agora ao Grupo de Peritos em Nomes Geográficos das Nações Unidas e posteriormente à Conferência sobre Padronização de Nomes Geográficos da ONU uma resolução para a criação da divisão da língua portuguesa pelo UNGEGN a fim coordenar os esforços dos vários países falantes de português que hoje desejam promover a padronização de seus topônimos. Durante o Curso Internacional de Toponímia das Nações Unidas, realizado em setembro de 2006 (em Maputo, Moçambique), representantes do Brasil, Moçambique e Angola iniciaram negociações e estão de acordo sobre a necessidade de apresentar esta proposta ao UNGEGN e também à conferência, a fim de fortalecer seus esforços individuais para promover a padronização dos nomes geográficos nacionais e internacionais e para atender aos interesses em comum da toponímia portuguesa mundial.

Contexto e discussões relacionados à necessidade de uma Divisão da Língua Portuguesa do UNGEGN

(1)

Com o objetivo de ampliar o debate sobre a necessidade de se implementar no Brasil as resoluções para a padronização toponímica das Nações Unidas, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) está promovendo discussões e treinamentos sobre as várias questões envolvidas neste assunto. A reorganização do plano de trabalho em nomes geográficos do IBGE iniciou-se em 2006, durante a IV Conferência Nacional de Geografia e Cartografia, que incluiu uma mesa-redonda sobre o Banco de Nomes Geográficos do Brasil – BNGB. A maioria dos parceiros relevantes do IBGE nos esforços relacionados aos interesses da língua portuguesa bem como representantes dos editores participaram de uma reunião informal realizada após a mesa-redonda, na qual todos concordaram sobre a necessidade de propor a criação da Divisão da Língua Portuguesa dentro do UNGEGN a fim de reforçar a padronização nacional e internacional nos países falantes da língua portuguesa em quatro regiões do mundo.

O IBGE realizou mesas-redondas, seminários e eventos sobre temas cartográficos relevantes durante a IV Conferência Nacional de Geografia e Cartografia. Os quatro principais aspectos da padronização dos nomes geográficos no Brasil foram trazidos para a mesa-redonda, que teve como tema o recém-elaborado Banco de Nomes Geográficos do Brasil: (1) informações geocartográficas e outros tipos de atributos (características) dos topônimos brasileiros e em língua portuguesa úteis aos Sistemas de Informações Geográficas, (2) questões relevantes sobre toponímia em línguas indígenas e aspectos etnohistóricos da toponímia brasileira em línguas indígenas, (3) a necessidade de diretrizes para toponímia para uso nos países lusófonos em todo o mundo; (4) o exemplo de Moçambique no progresso na padronização dos nomes de língua portuguesa de acordo com as resoluções das Nações Unidas e o apoio do país à ideia de criar uma Divisão da Língua Portuguesa no UNGEGN. Além dos dois coordenadores do IBGE, três peritos em toponímia foram convidados para a mesa-redonda e apresentaram questões relacionadas à padronização nacional e suas interseções com o projeto do banco de dados para o Brasil e América Latina conduzido pelo IBGE. Dois deles observaram que a língua portuguesa é o elo que liga o Brasil diretamente a outros sete países do mundo, a saber (em língua

portuguesa): Portugal, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Timor Leste.

(2)

Em 2006, o IBGE realizou uma série de sete seminários sobre nomes geográficos através de sua Diretoria de Estatística e Pesquisa. As séries incluíram duas atividades especiais que visavam à discussão dos interesses acerca do possível consenso em relação à padronização toponímica em nível mundial, envolvendo todos os países lusófonos (e possivelmente também os países que têm topônimos em língua portuguesa em seus mapas históricos). Um dos seminários foi apresentado pelo atual embaixador brasileiro em Belize, Roberto Coutinho. Autor de uma proposta consistente para a versão de nomes estrangeiros no Ministério Brasileiro das Relações Exteriores, Embaixador Roberto Coutinho é um dos que apóia a ideia da criação de uma Divisão da Língua Portuguesa no UNGEGN para reforçar a padronização dos nomes geográficos em nível mundial. Em seu trabalho datado de 1999, ele mostra que não há muitas diferenças no uso dos nomes geográficos pelos oito países lusófonos e que seria necessária pouca interferência para alcançar o consenso sobre a padronização internacional dos topônimos em todos os países falantes de português.

(3)

Também foram realizadas palestras informais por representantes do Brasil, Angola e Moçambique sobre a criação da Divisão da Língua Portuguesa no UNGEGN em Maputo, durante o Curso Internacional de Toponímia Internacional das Nações Unidas de 2006, que também contou com a participação da experiente observadora e presidente do UNGEGN, Helen Kerfoot. Ao fim do curso em Maputo, representantes do governo de Angola expressaram a intenção de seu país de realizar um Curso de Toponímia Internacional das Nações Unidas em 2008. Se implementado, o curso certamente contribuirá para os esforços conjuntos dos países falantes de português para a padronização de topônimos.

(4)

Além das vantagens de ter o português como língua em comum para a escrita e tradução de documentos, há outros benefícios na criação da Divisão dos Falantes de Português do UNGEGN. Dos oito países falantes de português, apenas dois estão agora participando das atividades do Grupo de Peritos das Nações Unidas sobre o tema, e a Divisão será um incentivo para trazer os outros seis para o debate e torná-los interessados na padronização de acordo com as resoluções aprovadas pelas Nações Unidas. Outros benefícios são as possibilidades de treinamento mútuo, o agrupamento em rede de países com uma linguagem comum, e o compartilhamento de experiências. Cabe lembrar que os navegadores e cartógrafos portugueses dos séculos XIV, XV e XVI deixaram fortes sinais da língua portuguesa em seus documentos cartográficos e na toponímia histórica. A nova divisão da língua portuguesa do UNGEGN pode também auxiliar o fortalecimento da pesquisa sobre a herança cultural e sobre dados históricos relativos a antigos topônimos em todos os continentes onde a antiga coroa portuguesa possuía interesses e construiu fortalezas, muito das quais permanecem e são reconhecidas pela UNESCO como patrimônio Cultural da humanidade. Apenas como exemplo, podemos citar os vocábulos e topônimos de língua portuguesa que ainda são encontrados em países tais como Canadá, África do Sul e Índia.

Documentos recentemente preparados em português

A tradução de documentos para o português é um outro componente importante dos esforços do Brasil em direção a um entendimento comum das questões toponímicas da língua portuguesa em nível mundial. Com o apoio do Projeto de Cooperação Técnica em Nomes Geográficos da América Latina do IPGH, foram traduzidos documentos importantes contendo informações sobre as decisões das Nações Unidas e os esforços para padronização toponímica, sob a coordenação de Moema José de Carvalho Augusto, do IBGE. A tradução para o português do Manual para a Padronização dos Nomes Geográficos do UNGEGN, está atualmente em fase de edição e publicação pelo IBGE (a impressão de mil cópias está apenas dependendo da aprovação do contrato entre o IBGE e as Nações Unidas). A tradução impressa que está sendo preparada no Brasil será também útil em outros países de língua portuguesa dispostos a promover a padronização toponímica nacional.

Outras traduções para a língua portuguesa foram viabilizadas pela cooperação toponímica entre Brasil e Canadá. Os seguintes materiais foram produzidos para uso nos cinco dias do curso de treinamento interno no IBGE no Rio de Janeiro em março de 2007 e incluem o livreto das Nações Unidas e dois manuais canadenses. Não podemos deixar de emitir uma nota de agradecimento à Helen Kerfoot, presidente do UNGEGN, a equipe do PIGN no Canadá e Brasil, e a todas as autoridades das Nações Unidas que estão fornecendo instruções o processo de tradução como um todo.

- (1) O livreto do UNGEGN “Uso consistente dos nomes de lugares” (2001) – Grupo de Peritos das Nações Unidas em Nomes Geográficos (500 cópias).
- (2) “Princípios e procedimentos para a nomeação geográfica”, do Canadá (2001) (200 cópias).
- (3) “Guia de coleta de campo em nomes nativos”, do Canadá (1992) (50 cópias).

Os planos do Brasil para os próximos anos incluem a formação de uma rede com os países da Divisão da América Latina do UNGEGN e também com os países da proposta Divisão dos países falantes de língua portuguesa. O modelo da rede também permitirá a ligação entre os esforços estaduais e nacionais, permitindo as agências federais e estaduais possam contribuir integralmente para os esforços para a padronização dos nomes geográficos.

Todas as ações no Brasil contaram com o trabalho dos editores Mauro de Salles Villar, do Instituto Antônio Houaiss, Ana Maria Goulart Bustamante, do IBGE, e da tradutora Celina Frade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, a quem os editores brasileiros ficam muito agradecidos. Eles estão também agradecem à equipe da Gerência das Relações Internacionais do IBGE, liderado por Lafayette Côrtes Neto, a Dave Carney, do PIGN, e a Lídia Valles de Souza, chefe do gabinete da presidência do IBGE. Cada um deles teve um papel decisivo na aprovação das ações em tempo hábil e representam, de fato, um grande número de pessoas que forneceram apoio de outras maneiras e a quem os editores estão também muito agradecidos. Mr. Yacob Zewoldi, Mr. Amor Laaribi e Mr. Sabine Kacha, do Secretariado do UNGEGN, e todos os funcionários das Nações Unidas contatados através deles também merecem uma nota de agradecimento por todo o apoio a todas as iniciativas.

Texto da resolução proposta a ser submetido à aprovação do IX UNCSGN

A Conferência,

Considerando que os países falantes de português enfrentam em comum um conjunto de questões sob os pontos de vista toponímico e cultural, e que, para estes países, uma oportunidade de estar na mesma divisão provavelmente facilitaria suas participações no trabalho do Grupo de Peritos em Nomes Geográficos das Nações Unidas (UNGEGN), Recomenda-se que a seguinte divisão seja acrescentada às divisões do Grupo de Peritos em Nomes Geográficos das Nações Unidas:

Divisão dos falantes de língua portuguesa.